

CEsA

Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento
Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Colecção

Documentos de Trabalho

nº 95

Carlos Sangreman

**Avaliação do impacte do conflito de 1998/99:
Projecto de construção de um Observatório
de Bem-estar do Bairro de Quelele**

Lisboa
2000/2011

*O CEa não confirma nem infirma
quaisquer opiniões expressas pelos autores
nos documentos que edita.*

**Avaliação do impacte do conflito de 1998/99:
Projecto de construção de um Observatório
de Bem-estar do Bairro de Quelele**

Lisboa, 2000/2011

Carlos Sangreman

**CEsA
Centre of African and Development Studies
Faculty of Economics and Management
Technical University of Lisbon**

ÍNDICE

PARTE I	5
1.ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
1.1 O Estado na Guiné-Bissau.....	5
1.2.O conflito de 1998.....	9
2.CASAS DE HABITAÇÃO DANIFICADAS	12
3. INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E EQUIPAMENTOS SOCIAIS	15
4. ACTIVIDADES ECONÓMICAS	18
5.PERDAS PESSOAIS	21
6.ALTERAÇÃO NAS RELAÇÕES COM O MUNDO RURAL.....	22
7. RESTITUIÇÃO E DIFUSÃO NO BAIRRO DESTES RESULTADOS.....	23
PARTE II	25
1. Enquadramento teórico da avaliação do bem-estar	25
2. Os cadernos de vontades.....	26
3. Os indicadores da evolução	29
4. A recolha de dados	30
BIBLIOGRAFIA	32
ANEXOS	34

ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro 1. Estimativa da distância de fuga da guerra a partir de Bissau	10
Quadro 2. Casas, famílias, quartos e pessoas atingidas pelo conflito, por zonas do bairro	12
Quadro 3. Casas parcialmente atingidas por gravidade de dano, na cobertura e nas paredes	13
Quadro 4. Recuperação das casas danificadas em Maio/Junho 99	13
Quadro 5. Tipo de cobertura nas casas parcialmente atingidas, por zonas	14
Quadro 6. Casas atingidas parcialmente, por estimativa de materiais necessários	14
Quadro 7. Indicadores de impacte do conflito nas habitações e famílias	15
Quadro 8. Moradores que perderam instrumentos de trabalho, por zonas	19
Quadro 9. Alteração na ocupação / profissão segundo a qualificação	19
Quadro 10. Alteração na ocupação / profissão segundo a perda de instrumentos de trabalho	19
Quadro 11. Instrumentos de trabalho perdidos por ocupação/profissão	20
Quadro 12. Relações entre o campo e a cidade antes do conflito	22
Quadro 13. Relações entre o campo e a cidade depois do conflito	22
Quadro 14. Amostragem para futuros inquéritos	30

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Gráfico 1. Locais de refúgio durante o conflito	11
Gráfico 2. Mudança de profissão/ ocupação por nível de qualificação	18

PARTE I

1.ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 O Estado na Guiné-Bissau

Para uma análise do bem-estar das populações, consideramos ser fundamental ter uma noção clara do conceito de Estado, e das características específicas que assume num país como a Guiné-Bissau.

Para iniciar essa definição refira-se a visão de politólogos ou sociólogos, estudiosos da realidade de países africanos em geral, como HYDEN, (1985), TERRAY (1987), BAYART (1989 e 1996), GESCHIERE (1991), COULON (1991), CHABAL (1993), ou da Guiné-Bissau como METTAS (1984), LOPES (1985) e HANDEN (1989), e do próprio Patrick Chabal que defendem como característica genérica do Estado na África Subsaariana o facto de decorrer ainda o seu processo de construção, no sentido de “processo histórico de conflitos em grande parte inconsciente e cheio de contradições, de negociação e compromissos entre os diversos grupos sociais” (Bernan B.e Lonsdade, J., ,1992, citado por BAYART, J-F.(1996).¹

As instituições com funcionamento contínuo de pessoal qualificado e financiamento certo, surgem em Estados com um processo de organização mais amadurecido, e portanto num Estado em construção, as decisões sobre política económica e social tomadas pelo Governo são executadas por instituições de forma imperfeita e de acordo com o grau de desenvolvimento daquelas que têm responsabilidades em cada área. O resultado é uma passagem à prática das decisões do Governo ou de autarquias de forma lenta e difícil, criando desilusões nas populações que têm como expectativa um aumento do nível de bem-estar, proporcionado por essas instituições.

BAYART (1989), ao definir o Estado na generalidade dos países da África Subsaariana, considera uma noção de autoridade que designa o conjunto de instituições envolvendo qualquer posição de poder² que permita a acumulação de capital, pela apropriação privada de recursos de diferentes tipos, como os militares, diplomáticos, culturais, tecnológicos e educacionais, para além dos económicos, seja dentro da legislação vigente, seja em acções de predador ou de cobrança de comissões por decisões de responsabilidade institucional.

A sua separação da sociedade civil não é nítida, no sentido de que os indivíduos que ocupam as posições de autoridade procuram a apropriação de recursos para si próprios e para o seu grupo social de apoio da mesma forma, quer estejam ou não nessas posições institucionais. Ou seja, adoptamos, com esta interpretação, o conceito de

¹ Vejam-se vários artigos sobre o tema em números de *Politique Africaine*, desde o início dos anos 80. Por exemplo SANDBROOK R., “Personalité du pouvoir et stagnation capitaliste” no número 26, com o título temático genérico de “Classes, États, Marchés”, (1987); Ou BAYART, J-F., “La problématique de la démocratie en Afrique noire” no número 43, Outubro de 1991. Ou o número 39, com o tema “L’ Afrique autrement”, 1990, e autores como COULON, MBEMBE, MÉDARD, DARBON.

² O poder na África SubSaariana tem de definir-se com a especificidade de implicar alguma distribuição de recursos por parte de quem o exerce. O poder é também a possibilidade/dever/obrigação de distribuir bens e serviços materiais ou simbólicos. Quanto maior é a posição de autoridade maior é a obrigação. Ver o artigo “Les cultures politiques” de MARTIN, D.-C. (1992) e a bibliografia incluída.

"sobreposição " de Bayart para a dicotomia Estado/Sociedade civil, onde esse autor defende a ideia de que tais categorias não se distinguem muito nitidamente, nem tem interesse para a compreensão das sociedades africanas a consideração de uma distinção artificialmente definida, que faz esquecer a "profundidade do campo histórico".

Parece-nos que essa sobreposição existe na Guiné-Bissau decorrente da fraqueza das instituições já referida. É a existência dessa sobreposição que leva a uma maior importância nas estratégias das populações prosseguidas fora do quadro estatal. Ou seja quanto menos Estado mais peso têm as acções da sociedade civil.

A natureza dos Estados africanos em construção foi objecto de uma tipologia por KILLICK, T. (1989), que pretende ser uma síntese de outros autores, em três categorias básicas: 1) Como actor racional visando a maximização do bem-estar social; 2) Como Estado patrimonial, ou seja, como promotor da defesa dos interesses de um grupo de indivíduos mais ou menos alargado; 3) Como predador³, tendo como único móbil a apropriação de recursos por quaisquer meios e utilizando, para tal, o monopólio da força.

Estabelece-se assim uma diferença entre um conceito de Estado onde o conjunto de instituições existentes dá acesso a recursos apenas, ou principalmente, em função do poder pessoal de quem as ocupa no momento (patrimonialismo), e outro, onde as instituições são os principais veículos desse tipo de funcionamento (neo-patrimonialismo).

Ou seja, se a ocupação de cargos nas instituições existentes formalmente, implica um maior acesso a recursos, temos um Estado do segundo tipo; se esse acesso só depende do poder pessoal dos indivíduos, sendo indiferente se ocupam ou não cargos nas instituições estatais, então a natureza do Estado é do primeiro tipo.

Essa entidade a que chamamos Estado existe num espaço social formado por um conjunto de relações sociais de competição entre os agentes/actores e grupos de agentes/actores. A posição de cada agente nesse espaço é definida pelo acesso a recursos económicos, políticos e sociais (incluindo os culturais), mas também aos recursos simbólicos capazes de originar prestígio, status, reputação.

A entidade Estado, define-se pela intersecção da posição de cada agente ou grupo de agentes em relação aos recursos materiais de cariz económico de que se podem apropriar, mas também da capacidade de influenciar as decisões de quem detém a autoridade legítima, do acesso à informação, instrução e educação, e da pertença a grupos simbolicamente significativos na sociedade em análise segundo critérios como a etnia, ou a religião.

Mais do que um instrumento de domínio, o Estado africano é mais uma "arena" ou campo de batalha, onde os grupos sociais procuram maximizar a apropriação de recursos escassos, em detrimento dos restantes grupos, numa concepção dinâmica da construção do Estado, através de um processo de articulação de interesses por meio de organizações e instituições formais e informais.

³ O que KRUEGER, A., (1974) chama rent - seeking, e cujas traduções alternativas que conhecemos é a do Estado cleptocrata ou Estado de pilhagem ou saque. E que alguns autores como BAYART, J-F, HIBOU, B. ou ELLIS, S. (1997) procuraram seguir a evolução defendendo opiniões de que esse tipo de Estado evolui para uma forma de Estado criminoso. Os exemplos mais evidentes são o Zaire de Mobuto, a Libéria e a Nigéria do regime militar.

O modo como funcionam as instituições públicas é a resultante dessas relações de força entre agentes e grupos que procuram atingir posições de hegemonia, no sentido definido por CHABAL (1993) de equilíbrio relativo, permitindo a expansão do poder adquirido e a sua reprodução nas gerações seguintes.

Na Guiné-Bissau tal como noutros países africanos, os indivíduos que ocupam posições de poder estão profundamente interligados por relações de parentesco, étnicas, de solidariedade, de vizinhança e de clientelismo, proporcionadores de uma sistemática distorção das regras e da legislação a favor do equilíbrio de tais teias de comportamentos⁴. As instituições funcionam portanto como um rizoma⁵ com múltiplas ligações subterrâneas cuja compreensão, ou consciência de existência, é importante para se entender as relações sociais existentes no país que se pretende analisar.

Para caracterizar o Estado na Guiné-Bissau, tomámos as posições de MÉDARD (1991), que se posiciona entre as categorias 1) e 2) referidas de Killick, e consideramos a sua natureza, como uma mistura de patrimonialismo e de cultura institucional. Tal mistura implica que as posições de autoridade, decorrentes da existência de instituições, dêem acesso à apropriação de recursos, independentemente do indivíduo que a ocupa num determinado período de tempo.

Ou seja, na Guiné-Bissau a posição de domínio de uma instituição corresponde a um aumento do acesso a recursos, não se alterando os objectivos de apropriação dos indivíduos, mas mudando os meios de que dispõem para o fazer. Esse conceito leva a uma confusão por parte de dirigentes e funcionários, entre os recursos públicos e privados, e entre o partido e o Estado. Quando Lopes, C.(1982) nas conclusões da sua obra salienta os elementos de degradação do modelo que o PAIGC teorizou durante a vida de Amílcar Cabral, está, quanto a nós, a descrever/analisar o processo que origina o tipo de Estado que descrevemos. O mesmo se pode afirmar da descrição de ZIEGLER, J., (1983) das condições de apropriação de recursos por parte de “muitos dirigentes” sobretudo entre 1979 e o golpe de Estado de Novembro de 1980 que levou ao poder Nino Vieira. Mesmo um guerrilheiro e político como Manecas do Santos pensa o Estado como a entidade a partir da qual é possível a um grupo apropriar-se de recursos.⁶

Dos autores que escrevem na revista do INEP, Soronda, em vários artigos de análise do Estado, refira-se FERNANDES, R.(1994) que utiliza as noções de “bonapartismo de partido único” e “bonapartismo presidencial” para caracterizar o Estado antes e depois do golpe de 1980, procurando analisar duas situações onde um grupo social, que apelida de classe burocrática, se apropria dos recursos do Estado. Na primeira situação através de entidades públicas (Ministérios, Empresas Públicas), e na segunda através de entidades privadas. A mesma posição era já expressa por GALLI, R.E. em 1989, ao escrever sobre a separação entre os camponeses e os funcionários que procuram enriquecer o Estado e eles próprios.

A posição de FORREST, J.B. (1993) é diferente. Defende a posição de que no período pós independência o objectivo central dos quadros e dirigentes foi construir um aparelho de Estado capaz de “dominar e moldar a sociedade de acordo com as suas próprias preferências”. A incapacidade de organizar instituições capazes de

⁴ Uma análise deste funcionamento na Guiné-Bissau pode encontrar-se em CARDOSO, C. e IMBALI, F.(1993).

⁵ Segundo a imagem sugestiva de BAYART (1989), p.270-280.

⁶ SANTOS, M., 1989, pág.197, confirma a articulação entre grupo e Estado quando afirma que o objectivo desse grupo está interessado “no seu próprio desenvolvimento e, assim, no do Estado.”

executar as funções de um Estado segundo o modelo europeu (desde a recolha de impostos à execução das metas de política económica dos Planos de Desenvolvimento) originaram aquilo que o autor chama de “Estado suave” com instituições de funcionamento deficiente face às suas responsabilidades, dependente de forças externas e procurando apenas a “sobrevivência institucional”.

Pensamos que há aqui uma contradição entre a fraqueza do “Estado suave” e a capacidade de procura de vias de desenvolvimento. É essa fraqueza que impossibilita uma evolução controlada, e que coloca as instituições como objecto de ocupação para apropriação de recursos. E é também essa fraqueza que leva aos conflitos internos do PAIGC expressos em cisões e golpes de Estado, dos quais a guerra de 1998 é um dos exemplos mais radicais.

A construção do Estado na Guiné-Bissau, passou por uma fase de legitimidade dos governantes, sustentada pela sua participação na luta armada anti-colonial e na mobilização da população conseguida entre 1963 e 1974, embora num processo de contínua erosão. A articulação das instituições públicas com o partido que dirigiu a guerra, foi feita a todos os níveis da hierarquia, sendo primeiro-ministro o secretário-geral do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e Presidente da República e Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, o presidente do mesmo partido. Nas aldeias (tabancas) as autoridades tradicionais passaram a ter um poder paralelo do partido: o comité do partido (ou só um delegado)⁷. O bem-estar em geral da população⁸ era um dos objectivos do partido desde o início da luta pela independência, e o instrumento para concepção e aplicação das políticas que podiam levar a obter resultados positivos, o partido, encarado como “força dirigente da sociedade”, que “decide as orientações políticas do Estado e assegura a sua realização pelos meios adequados”(artº6, da Constituição).

No entanto, a pressão internacional em geral, e, em especial, a dos parceiros financiadores do desenvolvimento do país, obrigaram à aprovação, em 1991, de legislação permitindo a existência de outros partidos e de eleições multipartidárias para o parlamento e presidência. Assim, inicia-se a transformação do modo de exercer a governação, por parte dos membros do partido que lutou contra o sistema colonial e tomou o poder após 1974. De partido único, evolui para uma situação de partilha de poder com outras organizações partidárias legalizadas na sua grande maioria a partir de 1991.

O condicionalismo associado aos programas de estabilização e ajustamento estrutural, dos quais o país não pôde prescindir, levaram a uma transformação radical do papel desse Estado/Partido na sociedade, e interrompeu o processo de construção institucional seguido desde a independência de estratégia de desenvolvimento autónomo.

O novo papel do Estado guineense pode caracterizar-se mais como definidor de regras que permitam a expansão das actividades económicas do sector privado, e promotor de actividades que não realizam lucros imediatos como a educação, saúde ou saneamento, para além das clássicas funções de segurança interna e externa.

A dificuldade em articular essa transformação com a sociedade do seu país, nomeadamente em planear e executar as políticas de desenvolvimento na cidade e no campo, surge-nos como o prolongamento para os grupos sociais urbanos do abandono/exploração dos camponeses que GALLI, R. e JONES, (1987) afirmam se começou a processar logo nos anos a seguir à independência, numa reprodução do funcionamento colonial. Essa dificuldade

⁷ “Dentro das novas regras de convívio social, o Partido passa a estar tão presente quanto as tradições “ (Lopes, C., 1982, pág.68)

⁸ Referido nos textos do PAIGC e na primeira constituição do país, de acordo com a terminologia da época, como um projecto político de “construção de uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem” (artº3).

vai-se tornando a sua característica principal, embora os governantes procurem manter a natureza anterior do Estado pelo processo de reforço institucional e as possibilidades de acesso a recursos⁹ através das instituições públicas, como se referiu anteriormente neste ponto. A legitimidade dos dirigentes dada pela participação na luta armada, não foi substituída pela legitimidade do sucesso no objectivo de desenvolvimento, criando condições para um afastamento do Estado por parte das famílias, em defesa de valores de acesso individual a recursos independentemente da evolução do país, como afirmam RUDEBECK, L. (1984), CARDOSO C. e IMBALI, F. (1993) ou HANDEN, D. (1987).

A unidade das populações do país em torno da ideia de Nação foi-se construindo para a promoção de um objectivo, a independência nacional, sustentada historicamente pela contínua resistência até 1937 e pela guerra contra o colonialismo.

LOPES, C. (1982), não encontra outra motivação para a existência da Nação depois da independência senão a manutenção da unidade nacional. Não nos parece que tais posições tenham mudado até 1998, e as afirmações de unidade nos discursos institucionais mantêm-se.

1.2.O conflito de 1998

O conflito de 1998/99 teve como causa próxima a insatisfação dos quadros militares com as condições de vida proporcionada pelos vários governos e pelo presidente Nino Vieira. A incapacidade de conseguir em 24 anos (1974 – 1998) uma melhoria das condições de bem-estar das populações que tinham conquistado a independência, depois de uma luta armada dura e longa, cheias de expectativas de melhoria de vida, tornou socialmente necessário uma mudança radical da classe política no poder. Mas a mudança possível acabou por acontecer não através de um processo eleitoral, mas sim por um conflito que atingiu maiores proporções devido à intervenção de forças Senegalesas e da Guiné – Conacry, chamadas pelo presidente ameaçado. Esse conflito foi centrado em Bissau, com alguns episódios noutras zonas do país. Mas contrariamente a outros conflitos em África, não envolveu matanças de civis, nem crianças soldados, nem massacres indistiguados.

A população da cidade refugiou-se relativamente perto, indo e vindo das casas que habitavam, esperando sempre o fim dos tiros e apoiando implícita ou explicitamente os militares revoltosos.

O bairro de Quelele foi parte da linha da frente durante todo o conflito. As melhores casas, estruturas e equipamentos sociais foram vandalizadas pelas tropas ocupantes e por moradores menos escrupulosos ou simplesmente muito mais pobres ou ainda por passantes que se aproveitavam da situação.

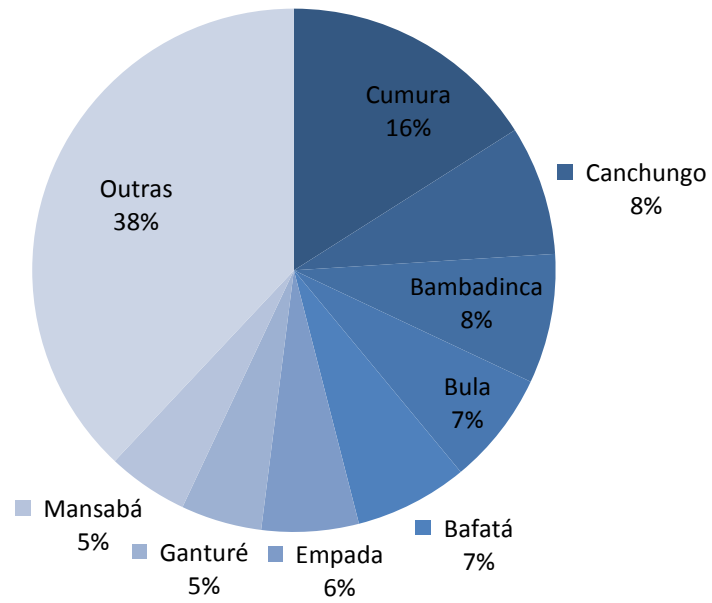
A média ponderada de 55, 6 km obtida a partir do Quadro 1, permite-nos ter um indicador de distância média percorrida pelas famílias para fugir ao conflito. Note-se que esta fuga se fez utilizando todos os meios de transporte, sendo o mais usado o caminhar a pé. A concentração de pessoas em Cumura e em zonas perto de Bissau, tem a ver com a existência de missões cristãs e é também uma prova da circunscrição dos combates à capital.

⁹ Cada vez mais os recursos ligados à ajuda internacional e menos os internos, com excepção dos Originados pela exportação de castanha de caju e das licenças de pesca vendidas ao exterior.

Quadro 1. Estimativa da distância de fuga da guerra a partir de Bissau

Locais de refúgio das famílias	Frequências		Distância a Bissau(1)
	Número	%	
Bafatá	8	7,1	107
Bambadinca	9	8,0	83
Bissorã	5	4,5	43
Bolama	1	0,9	34
Bula	8	7,1	31
Cacheu	3	2,7	80
Caio	2	1,8	69
Catio	1	0,9	75
Canchungo	9	8,0	54
Cancumba	1	0,9	52
Cumura	18	16,1	15
Empada	7	6,3	52
Farim	3	2,7	81
Fulancunda	1	0,9	47
Gabu	1	0,9	160
Ganture e outros	6	5,4	51
Mansaba	6	5,4	68
Mansoa	3	2,7	36
Nhacra, Yale,Safim	5	4,5	12
Ilha de Pexice	3	2,7	53
Olossato	1	0,9	59
Prabis	2	1,8	19
S. Domingos	3	2,7	91
Suzana	5	4,5	110
Quebo	1	0,9	93
TOTAL	112	100	

Gráfico 1. Locais de refúgio durante o conflito



2.CASAS DE HABITAÇÃO DANIFICADAS

Quadro 2. Casas, famílias, quartos e pessoas atingidas pelo conflito, por zonas do bairro

ZONAS DO BAIRRO	Casas parcialmente atingidas	Casas já recuperadas pelos donos	Casas com pequenos danos	Total de casas danificadas	Famílias de casas parcialmente atingidas (1)	Pessoas de casas parcialmente atingidas (1)
Não indicou	94	113	492	699	78	933
Zona 1	34	-	-	34	19	255
Zona 2	15	-	-	15	6	117
Zona 5	5	-	-	5	2	68
Zona 8	17	-	-	17	46	187
Zona 9	9	-	-	9	65	260
Zona 10	18	-	-	18	45	229
Zona 11	8	-	-	8	23	106
TOTAL	200	113	492	805	283	2154

Fonte: Inquérito ao impacto do conflito, Junho/Agosto 1999, Quelele, Bissau.

Notas: (1) Esta coluna só corresponde aos dados das casas parcialmente atingidas.

O número de casas danificadas no conflito atingiu mais de 50 % do total do bairro. Mas apenas em 200 casos os donos consideraram serem danos significativos. Os maiores danos na habitação foram o desaparecimento de móveis e bens como vestuário, equipamento doméstico, trens de cozinha, etc., embora tal facto só muito marginalmente tenha sido objecto de declarações dos inquiridos. Suponhamos que a possibilidade da participação de vizinhos nesse desaparecimento de bens tenha inibido os moradores de falarem da questão.

Cerca de 70 casas – 35 % das 200 atingidas com alguma gravidade – viram totalmente destruídas paredes e cobertura.

Quadro 3. Casas parcialmente atingidas por gravidade de dano, na cobertura e nas paredes

Tipo de dano	Cobertura		Paredes	
	Número	%	Número	%
Tudo destruído	70	35	69	35
Muitos danos	8	4	6	3
Destruição média	44	22	40	20
Pouco destruída	60	30	47	24
Não foi atingida	18	9	38	18
TOTAL	200	100	200	100

Fonte: Inquérito ao impacto do conflito, Junho/Agosto 1999, Quelele, Bissau.

Do total das casas danificadas inquiriram-se parte sobre a recuperação dos danos. Repare-se no quadro 4. Os dados foram recolhidos em Maio/Junho 1999, numa altura em que ainda havia muitos boatos em Bissau sobre o possível reacender da guerra. A percentagem de famílias que já recuperaram ou estão a recuperar as casas não passa de 50 %. Note-se ainda que não há moradores a recusar a recuperação das habitações.

O quadro 5 diz-nos que o número de casas com cobertura de palha atingida, foi alta para o total existente no bairro. Mas não temos notícias de incêndios originados por esse conflito.

Quadro 4. Recuperação das casas danificadas em Maio/Junho 99

Recuperação	Número de casas	%
Já recuperou a casa	113	36
Está a recuperar	45	14
Não está a recuperar	137	44
Não indicou	18	6
TOTAL	313	100
Vai acabar a recuperação antes da chuvas	132	66
Recupera para o ano	63	31
Não indicou	5	3
TOTAL	200	100

Fonte: Inquérito ao impacto do conflito, Junho/Agosto 1999, Quelele, Bissau.

Quadro 5. Tipo de cobertura nas casas parcialmente atingidas, por zonas

Zonas do bairro	Cobertura de zinco	Cobertura de palha	TOTAL
Zona 1	25	9	34
Zona 2	13	2	15
Zona 5	5	0	5
Zona 8	13	4	17
Zona 9	6	3	9
Zona 10	3	15	18
Zona 11	3	5	8
Não indicou	75	19	94
TOTAL	143	57	200

Fonte: Inquérito ao impacto do conflito, Junho/Agosto 1999, Quelele, Bissau.

O Quadro 6 serve para se compreender o tipo de iniciativa que a comissão de moradores e a ONG com sede no bairro já tiveram ou precisam de ter para recuperar e melhorar o nível de bem-estar dos habitantes.

Quadro 6. Casas atingidas parcialmente, por estimativa de materiais necessários

Zonas do bairro	Zinco (N.º de chapas)	Cibe (N.º de rachas)	Pregos (Kilos)
Zona 1	1419	1539	207,5
Zona 2	845	537	177
Zona 5	711	420	66
Zona 8	448	502	153
Zona 9	546	957	352,5
Zona 10	123	1936	238
Zona 11	147	309	148,5
Não indicou	4747	4325	885,6
TOTAL	8986	10525	2228,1

Fonte: Inquérito ao impacto do conflito, Junho/Agosto 1999, Quelele, Bissau.

Os indicadores de impacto constantes no Quadro 7 não se podem avaliar correctamente uma vez que não dispomos de termos de comparação. A ideia que temos é que para uma zona que foi linha da frente durante todo o conflito, onde há ou houve minas até há muito pouco tempo, de onde as populações entraram e saíram várias vezes ao sabor do conflito, a destruição nas habitações e as perdas pessoais foram poucas.

Os contactos com os moradores o que nos dizem é que as perdas mais significativas foram os bens das famílias, portas e janelas em madeira, mobiliário, equipamento doméstico, etc., roubado por soldados ou por outras pessoas com poucos escrúpulos ou simplesmente muito mais pobres.

Quadro 7. Indicadores de impacto do conflito nas habitações e famílias

N.º casa atingidas/ N.º casas totais	805/1504 *100 = 53.5
N.º casas destruídas/N.º casas atingidas	70/200*100 = 35.0
N.º famílias atingidas/N.º famílias existentes	283/2100*100 = 13.5
N.º pessoas atingidas/N.º pessoas existentes	2154/16204*100 = 13.3

Fonte: Observatório de Bem-estar e Inquérito ao impacto do conflito,
Maio/Junho 1998, Junho/Agosto 1999, Quelele, Bissau.

3. INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

O impacto da guerra nas instituições do bairro foi muito mais o roubo de mobiliário, equipamentos, etc., do que efeitos de bombardeamentos ou minas. O inquérito feito deu os resultados seguintes:

Centro Prótese:

- **antes do conflito:** faziam consultas, fabrico de prótese, massagens, curativos, etc..
- **depois do conflito:** ficou parado
- **foi atingido a cobertura do armazém**
- **foi roubado:** 38 portas, 45 janelas, secretárias, mesas, máquinas de trabalho, máquinas de carpintaria (todo o património). Das máquinas demasiado pesadas foram roubados motores e peças.

Centro Cultural Juvenil:

- **antes do conflito:** Fazia espectáculos culturais, transmissões televisivas de jogos e programas, leituras, etc.
- **depois do conflito:** foi reconstruído; continua com o mesmo trabalho
- **foi atingido** e destruído totalmente (cobertura, parede e soalhos)
- **foi roubado:** os materiais musicais(2 colunas,1 mesa de mistura amplificado, 1 caixa rítmica, 1 Deck, 4 pés de micros, 6 jogos de corda, 1 viola acústica e 1 teclado)materiais de animação infantil (tambores, peças teatrais, fardas, alto-falante, micros) antena parabólica, 3 portas, 2 secretarias, 75 cadeiras, 3 mesas, 6 janelas e 1 estante.

Escola Oficial:

- **antes do conflito:** actividade normal de ensino
- **depois do conflito:** continua com o ensino
- **foi atingido** 1 de oito pavilhões atingido na cobertura

- **foi roubado:** tomadas, 16 armários, lâmpadas, armaduras de lâmpadas, disjuntores, interruptores e 16 ventoinhas etc...

Rádio Voz de Quelele:

- **antes do conflito:** trabalho com a comunidade
- **depois do conflito:** recuperado em parte, continua trabalhar com a comunidade
- **foi roubado:** todo o equipamento que funcionava naquela instalação (1mesa de mistura, 1 emissor, 4 gravadores de reportagens, 3 ventoinhas, cassetes K7, Discos compacto, 12 cadeiras, 2 mesas de reunião, 2 portas , 2 secretárias, 1 Geleira, 2 maquinas de escrever, 1 fotocopiadora)

Loja da Associação das Costureiras:

- **antes do conflito:** corte e costura
- **depois do conflito:** corte e costura
- **foi atingido :** parcialmente (parede e cobertura)
- **foi roubado :** 3 mesas grande, 10 maquinas de costura, 15 cadeiras, produtos (bolsas, panos, mochilas, sextos, moringos), estante, espelho de parede.

ONG Acção para o Desenvolvimento (AD)

- **antes do conflito:** trabalhos de apoio ao desenvolvimento do bairro
- **depois do conflito:** recuperada em parte continua com o mesmo trabalho
- **foi roubado :** 13 portas, 8 secretárias, 25 cadeiras, 4 mesas de reunião, 16 ventoinhas, 1 computador, painéis solar, 22 lâmpadas fluorescentes com armaduras, tomadas, disjuntores, motor arranque do gerador, dicionários, 1 cofre e materiais didáticos,

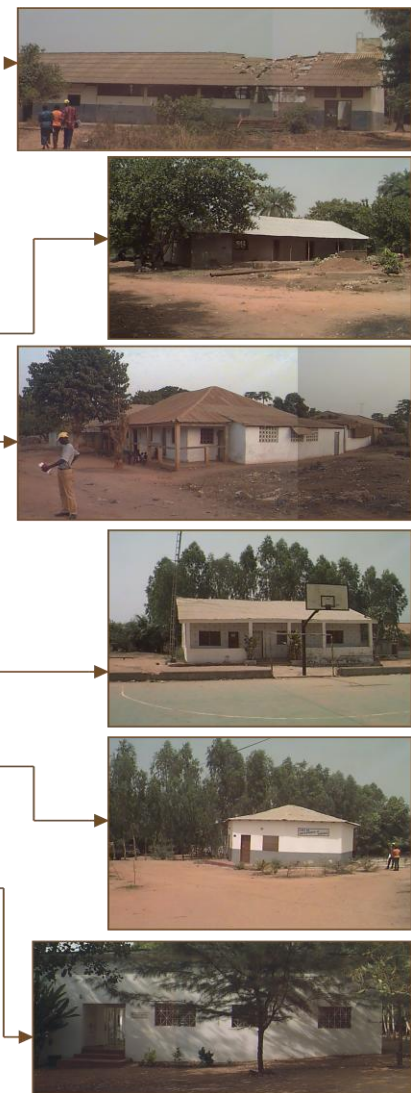
Sede da Associação dos Moradores:

- **antes do Conflito:** trabalho de promoção de desenvolvimento
- **depois do conflito:** parada
- **foi atingido :** por estilhaço na parede de destruição média.
- **foi roubado:** 2 mesas de reunião, 3 secretarias, 2 armários, 5 portas, 2 maquinas de escrever, 2 estantes, 5 lâmpadas fluorescentes, 10 tomadas, disjuntores.

Outras instituições existentes como a Farmácia, as Escolinhas populares e as Igrejas, ou não sofreram nada ou foram rapidamente reparadas pelos moradores ou pelos proprietários (pelos professores no caso das escolinhas).

O impacto da guerra nas instituições do bairro pode ser esquematizado da seguinte forma:

	<i>Foi atingido</i>	<i>Foi roubado</i>	<i>Está parado</i>	<i>Está recuperado</i>
<i>Centro de Próteses</i>	X	X	X	
<i>Centro Cultural Juvenil</i>	X	X		X
<i>Escola Oficial</i>	X	X		X
<i>Rádio Voz de Quelele</i>		X		X
<i>Sede da Associação dos Moradores</i>	X	X	X	
<i>Loja da Associação das Costureiras</i>	X	X		X
<i>Acção para o Desenvolvimento</i>		X		X



4. ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Quanto à mobilidade na ocupação/profissão, em Bissau perguntou-se pelas alterações nas profissões antes e depois da guerra. Apesar 68 % das respostas a declararem terem perdido instrumentos de trabalho no conflito, as mudanças de profissão não são tão significativas como esse número poderia fazer concluir. Apenas 7,3 % dessas respostas afirmam ter mudado de profissão.

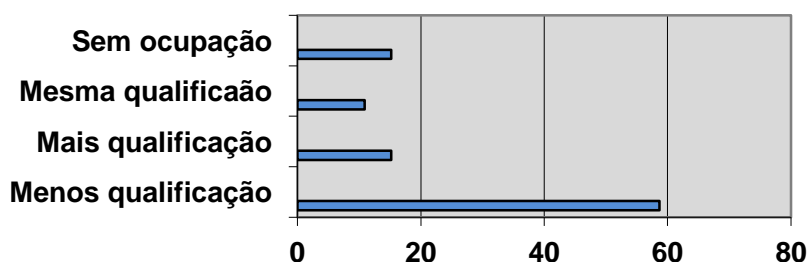
Mas desses moradores que mudaram de profissão, cerca de 60 % fizeram-no para ocupações / profissões com menos qualificação e 15 % ficaram sem ocupação.

Ou seja se as consequências da guerra não levaram uma maioria de pessoas a mudar de profissão, para aquelas a que isso aconteceu o que passaram a fazer piorou o seu nível de vida. Para Bissau, com uma guerra recente e que decorreu no próprio bairro, as consequências a nível económico encontram-se expressas na baixa de qualificação das profissões exercidas, resultantes da perda de instrumentos de trabalho e de património que fazem desaparecer empregos e obrigam a procurar qualquer actividade para reconstruir as habitações e refazer o vestuário (pois não há problemas crónicos de alimentação no país).

Profissões inquiridas na amostra de chefes de família que mudaram de ocupação/ profissão, por ordem de qualificações oficiais ou práticas das que requerem mais qualificações para as que requerem menos:

Carpinteiro	Canalizador
Pedreiro	Alfaiate / Costureira
Condutor	Comerciante
Mecânico	Bideira / Vendedor
Enfermeiro	Agricultor
Mobiliário de bambu	Guarda
Ferreiro	Marinheiro
Pintor	

Gráfico 2. Mudança de profissão/ ocupação por nível de qualificação



Quadro 8. Moradores que perderam instrumentos de trabalho, por zonas

Zona do bairro	Perdeu instrumentos		
	Sim	Não	Total
Zona 1	52	34	89
Zona 2	6	3	9
Zona 3	22	2	24
Zona 4	49	14	68
Zona 5	58	12	71
Zona 6	42	5	52
Zona 7	37	11	49
Zona 8	73	38	111
Zona 10	68	64	132
Zona 11	19	7	26
TOTAL	426	190	631

Fonte: Inquérito ao Impacto do Conflito, Julho/Agosto 1999, Quelele, Bissau

Quadro 9. Alteração na ocupação / profissão segundo a qualificação

Rubricas	Número de Moradores
Mudou p/ Ocup./Prof com menos qualificação	27
Mudou p/ Ocup./Prof com mais qualificação	7
Mudou p/ Ocup./Prof com mesma qualificação	5
Ficou sem ocupação	7
Total	46

Fonte: Inquérito ao Impacto do Conflito, Julho/Agosto 1999, Quelele, Bissau.

Quadro 10. Alteração na ocupação / profissão segundo a perda de instrumentos de trabalho

Perdeu instrumentos de trabalho	Mudou de ocupação/profissão		TOTAL
	Sim	Não	
Sim	31	395	426
Não	8	182	190
Não resposta	7	8	15
Total	46	585	631

Quadro 11. Instrumentos de trabalho perdidos por ocupação/profissão

Ocupações/Profissões e Tipo de instrumentos	Ocupações/Profissões e Tipo de instrumentos
<p>Pedreiro</p> <p>Capacete</p> <p>Carrinho de mão</p> <p>Colher de pedreiro</p> <p>Corda de 20 metros</p> <p>Esquadro</p> <p>Espátula</p> <p>Fita métrica</p> <p>Fio-de-prumo</p> <p>Mangueira de nível</p> <p>Máquina de cortar mosaico</p> <p>Martelo de mosaico</p> <p>Martelo</p> <p>Nível</p> <p>Régua</p> <p>Pá</p> <p>Picareta</p> <p>Talochas</p>	<p>Técnico construção civil</p> <p>Carrinho de mão</p> <p>Martelo</p> <p>Talochas</p> <p>Régua de alumínio</p> <p>Traça</p> <p>Carpinteiro</p> <p>Berbequim a bateria</p> <p>Berbequim eléctrico</p> <p>Carrinho de mão</p> <p>Fita métrica</p> <p>Formão</p> <p>Máquina de lixar</p> <p>Martelo</p> <p>Plaina</p> <p>Serra</p> <p>Serrote</p> <p>Talochas</p> <p>Turquês</p> <p>Régua</p>
<p>Mobiliário em Bambu</p> <p>Botija de gás</p> <p>Maçarico</p> <p>Martelo</p> <p>Pintor</p> <p>Rolos de pintar</p> <p>Pincéis</p> <p>Trincha</p> <p>Bandeja</p> <p>Espátula</p> <p>Escada</p> <p>Costureira/Alfaiate</p> <p>Máquina de costura</p> <p>Tesoura</p>	<p>Electricista</p> <p>Alicate de bico curvo</p> <p>Alicate de corte</p> <p>Alicate universal</p> <p>Aparelho de medição</p> <p>Busca-pólos</p> <p>Chave de boca</p> <p>Chave de desmontar</p> <p>Chave de estrela</p> <p>Chave de estria</p> <p>Chave de fendas</p> <p>Chave de grifo</p> <p>Chave francesa</p> <p>Chave mista</p> <p>Guia de 15 metros</p>

<p>Comerciante</p> <p>Balança de 100 kg</p> <p>Balança de 20 kg</p> <p>Ferreiro</p> <p>Tesoura de corte</p> <p>Armadura de serra</p> <p>Turquês</p> <p>Fita métrica</p>	<p>Martelo</p> <p>Mola de dobragem</p> <p>Óculos de lupa</p> <p>Rolo de estanho</p> <p>Roquete de Caixa</p> <p>Técnico de rádio</p> <p>Aparelho de medir</p> <p>Escutadores</p> <p>Chave de fendas</p> <p>Chave de estrela</p> <p>Ferro de soldar</p> <p>Ferro eléctrico</p> <p>Fio de soldar</p> <p>Ferro de soldar manual</p> <p>Chaves de turbo compridas</p> <p>Fita isoladora</p> <p>Óculos de aumento</p>
---	--

5. PERDAS PESSOAIS

Não se conseguiu ter informação sobre o número de pessoas que faleceram no bairro, ou ficaram com algum tipo de deficiência, como resultado do conflito. O número de 80 – 100 pessoas avançadas por alguns inquiridores não nos parece ter nenhuma base senão boatos.

Existe um retraimento social na população de falar nesses acontecimentos. Apesar disso parece-nos que o número de vítimas civis foi muito baixo senão esse retraimento seria ultrapassado.

Mas tudo indica que o conflito de 11 meses não teve nada a ver com os combates e massacres de países mais ao sul da Guiné como a Libéria ou a Serra Leoa.

6.ALTERAÇÃO NAS RELAÇÕES COM O MUNDO RURAL

O processo de concentração urbana que Bissau vive tal como a maioria das capitais africanas, levaram ao estabelecimento de uma relação entre os habitantes da cidade e a família na tabanca, no interior do país.

No quadro 12 podemos ver como, numa amostra inquirida de chefes de família, a única diferença significativa antes e depois do conflito, situa-se na intenção manifestada de construir uma casa ou melhorar a que tem na tabanca. As restantes intenções não diferem substancialmente daquilo que esses chefes de família faziam antes da guerra.

Pensamos que o conflito não durou o suficiente para influenciar muito profundamente as relações entre as pessoas da cidade e do campo. A intenção de construir ou melhorar a casa no espaço rural, tem provavelmente simplesmente a ver com o choque de encontrar poucas condições de abrigo quando o conflito estalou, e toda a família necessitou de passar um período mais longo no campo.

Quadro 12. Relações entre o campo e a cidade antes do conflito

Tipo de relação	Número de famílias	%
Trocava produtos e animais	5	1
Comprava produtos alimentares no campo	63	16
Construiu uma casa ou melhorou a que tem	32	8
Participava nas cerimónias	84	21
Ia ajudar na agricultura	65	16
Ajudava a resolver problemas	81	21
Ia lá de vez em quando de visita	64	16
TOTAL	394	100

Quadro 13. Relações entre o campo e a cidade depois do conflito

Tipo de relação a partir da cidade	Número de famílias	%
Vai manter a troca de produtos e animais	3	1
Vai construir uma casa ou melhorar a que tem	69	18
Vai ir lá nas cerimónias	93	24
Vai ajudar na agricultura	56	14
Vai ajudar a resolver problemas	89	23
TOTAL	310	100

7. RESTITUIÇÃO E DIFUSÃO NO BAIRRO DESTES RESULTADOS

A restituição aos inquiridos do resultado dos inquéritos feitos é um elemento importante no trabalho feito num bairro, e na criação de um sentimento de utilidade nas respostas que a população dá aos inquiridores, seja no actual inquérito seja no futuro.

Não encontramos bibliografia adequada para qualquer teorização sobre essa questão. Na prática apenas conhecemos uma experiência de um inquérito em Moçambique, onde foram feitas reuniões com a população tendo por suporte um caderno onde se relatava as entrevistas a que essa mesma população tinha respondido, e painéis transportáveis de fotografias e desenho¹⁰.

Assim propomos o seguinte:

- 1º Que se defina um objectivo estratégico para esta restituição que seja “Contribuir para a criação de uma identidade queleliana nos moradores do bairro”. Ou seja que este processo de restituição vise ir criando a ideia e convicção nos moradores que o facto de viver no bairro de Quelele é um elemento socialmente positivo e diferenciador no seu bem-estar.
- 2º Que se organize uma exposição com os resultados do inquérito, integrada nas festas de comemoração do aniversário da AD. Que os componentes centrais dessa exposição sejam painéis com gráficos, fotografias e alguns quadros apresentados de forma agradável à vista e organizada segundo os temas de recolha de dados do inquérito.
- 3º Que se intercalem fotografias em formato maior do bairro aproveitando o trabalho feito pelo Pedro Lonet, pela Pepas, ou por outras pessoas que tiraram fotos no bairro.
- 4º Que se solicite ao MTS vários exemplares do livro “O Associativismo e o Micro-crédito na Guiné, Cabo Verde e Moçambique” para oferecer aos membros da sociedade civil guineense, na inauguração da exposição.
- 5º Que se promova uma reunião de discussão das questões que o inquérito levanta com pessoas do bairro e com convidados de Bissau.
- 6º Que se faça um pequeno caderno com os painéis da exposição e um pequeno texto em numero suficiente para uma distribuição como a referida em 4.
- 7º Que os temas para os painéis sejam os seguintes

¹⁰ Raposo, I., (1986)

Grupo I O Censo em Quelele

- a. Quantos somos? (dados de homens e mulheres adultos e crianças)
- b. Onde moramos? (dados cobertura, soalho e paredes das habitações)
- c. Onde vamos buscar água? (dados Poço/Fonte, Canalizada, Fontanário)
- d. Como fazemos comida? (dados de energia usada para cozinhar)
- e. Que luz temos? (Vela, Gasóleo, Luz, Outras)
- f. Que instrução/educação temos? (Não frequentou, Primário/Corânico, Outros)
- g. Qual Raça/Etnia? (as sete ou oito principais existentes no bairro)
- h. Que fazemos no trabalho? (dados profissões)
- i. Que religião temos? (Animistas, Cristãos, Muçulmanos)
- j. Que idade temos? (pirâmide de idades dos habitantes)
- k. Quantos vamos ser? (projecção da população do bairro 1999, 2000 e 2201)
- l. A desigualdade. (dados sobre a % de menos pobres, pobres, e mais pobres)

Grupo II A guerra em Quelele

- a. Para onde fomos? (dados sobre os locais para onde os habitantes fugiram)
- b. Que aconteceu às nossas casas? (casas por graus de destruição)
- c. Perdemos instrumentos de trabalho? (quem perdeu e quem não perdeu)
- d. Tivemos de trabalhar em ocupações mais pobres? (dados sobre as mudanças de ocupação)
- e. Que relações tínhamos antes do conflito com as pessoas do campo?
- f. Que relações queremos ter agora com as pessoas do campo?
- g. O que aconteceu aos equipamentos sociais?

PARTE II

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA AVALIAÇÃO DO BEM-ESTAR

A avaliação do Bem-estar e portanto a metodologia de construção de um Observatório que permita acompanhar a evolução do Bem Estar nos bairros tem um enquadramento teórico que parte da ideia que é fundamental determinar o que aconteceria se não tivesse havido acções concretas para melhoria do Bem Estar. Desta ideia se parte para uma classificação dos métodos de avaliação em três tipos:

O grupo de controle experimental

Escolha de dois grupos de forma aleatória (ou seja ao acaso) de entre os potenciais beneficiários das acções de melhoria. Um dos grupos não é objecto de acção nenhuma, e o outro é objecto de acções várias. Os indicadores escolhidos medem a evolução por comparação entre os dois grupos.

Os problemas apontados pela literatura incidem sobre aspectos éticos (estamos a privar expressamente pessoas de acções que poderiam melhorar o seu Bem Estar) , aspectos políticos (como se pode politicamente intervir junto de um grupo e não de outro), aspectos geográficos (os programas nacionais não podem excluir grupos de pessoas ou regiões), aspectos práticos de constituição aleatória de um grupo de não beneficiados.

O grupo de controle quase experimental

A diferença para o anterior é que a escolha dos grupos não é feita por método aleatório. Para além dos problemas do grupo anterior, este método tem pouca credibilidade estatística. Essa credibilidade só se admite com a escolha ao acaso (aleatoriamente). A escolha dos membros dos grupos para comparação seja porque critérios forem, resulta sempre de opções discutíveis.

A evolução a partir de um momento temporal

Considerado por alguma literatura como uma variação do último método, parte da análise e recolha de dados sobre um grupo de população que vai ser alvo de acções para melhorarem o seu Bem Estar. A recolha de dados ao longo da intervenção ou no final da mesma permite medir o impacto das acções realizadas.

Julgamos que este último método é o único viável e prático. Os restantes são mais uma adaptação de métodos laboratoriais às ciências sociais.

E se o Banco Mundial utilizou nos Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial e em publicações de avaliação do ajustamento estrutural, a comparação entre um grupo de países onde se punham em prática as

políticas de estabilização e ajustamento estrutural em contraponto a outro grupo onde tais políticas não existiam, o método não é aplicável num bairro.

Não é socialmente possível contrastar zonas de um bairro onde não haja intervenção para melhorar o Bem-estar, com outras zonas do mesmo bairro onde tal intervenção decorra no mesmo período de tempo.

A literatura defende uma integração entre os métodos quantitativos e qualitativos. Embora cada vez mais estes últimos se vão resumindo à recolha de opinião das pessoas alvo das acções, nos processos conhecidos como métodos de participação.

A proposta de metodologia que julgo viável para o Observatório que se pretende construir em Quelele, parte da noção de bem-estar expressa graficamente na Pirâmide do Bem Estar, (PBE) onde cada linha corresponde a um nível de Bem-estar, desde o mais baixo até ao mais alto.

Quando o acesso a mais recursos aumenta, o Bem-estar também aumenta.

Pretende-se assim operacionalizar a noção de Bem Estar / Pobreza multidimensional, juntando recursos de consumo individual, como a alimentação, de utilização (ou apropriação) social, como os de origem na pertença étnica ou religiosa, e mesmo os recursos de origem institucional, ou a participação na vida política da comunidade.

Note-se que a definição dos componentes da PBE tem muito de subjectivo, por mais recurso que faça à literatura existente. Os inquéritos feitos na Europa que procuraram determinar esses componentes deram resultados muito pouco fiáveis quer nos elementos quer na hierarquia dos mesmos (Hagenaars, 1986). Em África os métodos participativos ainda não conseguiram originar uma definição de padrões generalizáveis de BE, embora o recente *Voices of the Poor*, financiado pelo Banco Mundial, seja um avanço significativo nessa direcção.

Assim a proposta que faço para este Observatório radica conceptualmente no conhecimento da realidade dos membros de ONG e Associação de Moradores e de pessoas que conhecem muito o país, para além dos meus próprios conhecimentos.

Aquilo que se pretende detectar é a mudança, para melhor ou para pior, e não a situação estática. Por exemplo na componente de habitação o que se procura medir é se as condições de habitação melhoraram ou pioraram e não se a família mantém a casa que já detinha aquando do primeiro inquérito.

2. OS CADERNOS DE VONTADES

A Revolução francesa de 1789 organizou “Cahiers de plaintes” com queixas recolhidas junto de Assembleias locais por toda a França e apresentadas aos Estados Gerais, convocados por Louis XVI. Em 1989, uma instituição mutualista francesa, retomou essa prática e elaborou Cadernos com um processo de consulta alargado, para apresentação num Forum internacional intitulado “Estados Gerais de Solidariedade”. O sucesso dessa iniciativa fez com que fossem sendo renovados oito anos depois. Ficaram conhecidos por “Caderno 2000 – dizer para agir”.

O que propomos é que no segundo ano do projecto se experimente a prática de aprovar “Cadernos de vontades”, dos habitantes do bairro, com este ou outro nome, escolhido pelos responsáveis do trabalho no bairro.

Assim haveria dois boletins de inquérito a preencher por uma amostra de 10 % das famílias determinadas da forma como o ponto seguinte explica. Um deles repete o boletim do Censo e serve para calcular os dados de evolução dos indicadores quantitativos (cobertura, soalhos, acesso a água tratada, níveis de bem estar, instrução, profissões, etc.).

O segundo serve para se definir as aspirações e vontades dos moradores num “Caderno de vontades” os dados e de uma ou mais reuniões abertas à população, promovida pela Associação de Moradores/Associação para o Desenvolvimento. Para este segundo, elaborar-se-ia uma listagem de aspirações ou vontades dos habitantes que funcionaria como guia indicativo para o trabalho de melhoria da bem estar no bairro. E as respostas seriam sobretudo qualitativas.

Aqui se apresenta uma proposta de boletim para este segundo inquérito de acordo com essas ideias, e partindo do padrão de bem-estar que se apresentou com a pirâmide de bem-estar.

CADERNOS DE VONTADES

Bairro de Quelele

Inquiridor _____ Zona n.º _____ Data ____ - ____ - 2000

1. *(Alimentação)* Que produtos gostaria de que a sua família comesse ?

2. *(Vestuário)* Diga quais as roupas que pensa serem boas para os seus filhos ?

3. *(Habitação)* Descreva a casa em que gostaria de viver quanto a numero de divisões, cobertura de tecto, soalho, material das paredes, esgotos, àgua e luz.

4. *(Recursos Sociais Família/Etnia/Religião)* Acha que as famílias de diferentes etnias deviam viver separadas ou como é agora no bairro, onde cada um vive onde quer ?

5. *(Recursos Sociais Família/Etnia/Religião)* Acha que já houve ou pode haver problemas com vizinhos do mesmo bairro por causa da religião de cada um ?

6. *(Trabalho)* Que trabalho gostaria de fazer para ganhar mais ? E que trabalho deseja que os seus filhos façam?

7. *(Recursos Públicos Estatais)* Que problemas do bairro acha que o **Estado e a Câmara Municipal** deviam resolver ?

8. (*Recursos Públicos*) Quais desses problemas os **moradores organizados na Associação e a AD** deviam procurar resolver ?

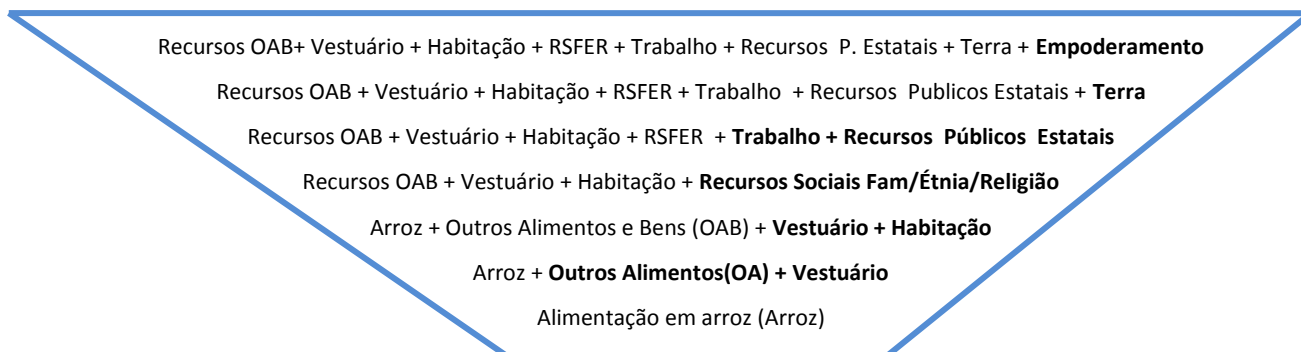
9. (*Terra*) A terra que pode plantar chega para a sua família ? _____

10. (*Empoderamento*) Acha importante haver reuniões onde os habitantes do bairro possam dizer que problemas têm e tentar resolvê – los em conjunto ? Ou acha que cada um tem de conseguir resolver por si com a sua família esses problemas ?

Todas as questões devem estar dispostas graficamente de forma a caberem na mesma página.

Os resultados seriam apresentados e discutidos nas reuniões com as pessoas com mais iniciativa (ou mais importantes, ou mais respeitáveis) do bairro, professores, membros de associação, da AD, pessoal do Centro de Saúde, donos de pequenas empresas, etc.

Pirâmide de Bem-Estar



Recursos OAB = Arroz + Outros Alimentos e Bens

Recursos Públicos = Acesso a água, electricidade, educação, saúde.

RSER = Recursos Sociais Etnia/Religião

Terra = Recursos de capital físico para além da Habitação

Empoderamento = participação na vida colectiva seja a nível de tabanca, de bairro ou do país, e de acordo com as relações sociais mais tradicionais ou por meio de debates, voto e participação em instituições públicas mais de acordo com o sistema político europeu.

3. OS INDICADORES DA EVOLUÇÃO

Tomemos primeiro um quadro do CAD da OCDE, onde se pretende resumir nalguns indicadores o modo como se pode verificar a evolução das áreas do “progresso do desenvolvimento” de acordo com os objectivos definidos pela ONU em cimeiras de Copenhagen, Beijing, Cairo e Rio de Janeiro. Do quadro que consta na bibliografia (Hammond, 1998) indicámos aqueles indicadores que nos parecem possíveis de calcular com os dados do inquérito já feito, referindo aqueles que não estão no inquérito mas que é possível calcular a nível de bairro:

OBJECTIVOS	INDICADORES
Bem estar económico	
Redução da pobreza/ Desigualdade	População com cobertura em palha, soalho em terra batida e abaixo da média de consumo de arroz. População com cobertura em zinco, soalho em terra batida e abaixo da média de consumo de arroz.
Desenvolvimento Social	
Habitação	Percentagem de casas com cobertura em palha Percentagem de casas com todo o soalho em terra batida Crescimento da % de pessoas com acesso a latrinas
Educação primária universal	Frequência escolar em % do total das crianças em idade 7-12. Frequência escolar primária e secundária até aos 15 anos em % do total das crianças e jovens em idade dos 7 aos 15 anos. Pessoas sem qualquer frequência escolar em % do total de pessoas dos 15 aos 24 anos.
Igualdade de género	Rácios entre raparigas e rapazes que frequentam a escola primária e a secundária. Rácios entre as mulheres e homens sem frequência escolar qualquer dos 15 aos 24 anos.
Mortalidade infantil e juvenil	Crianças mortas à nascença por nascimentos (não está no inquérito). Crianças mortas até aos 5 anos por total do grupo etário (não está no inquérito).

Mortalidade maternal	Mulheres mortas de parto ou no primeiro mês de nascimento, por total de nascimentos (não está no inquérito).
Saúde reprodutiva	Uso de contraceptivos (não está no inquérito). Doentes com SIDA entre 15 e 24 anos mulheres grávidas (não está no inquérito).
Meio ambiente	População com diferentes tipos de acesso a água. Energia para cozinhar.
Indicadores gerais	População a trabalhar tendo como local de trabalho o bairro
	Estrutura de actividades das pessoas do bairro.
	Percentagem das pessoas Sem Ocupação, em percentagem dos grupos etários de 8 – 14 anos e + de 14 anos.

4. A RECOLHA DE DADOS

A recolha de dados faz-se por amostragem.

Pode-se fixar uma amostra de 10 % das habitações a inquirir.

Note-se que SE DEVEM inquirir todas as famílias que habitam na mesma habitação, pois não me parece correcto socialmente inquirir só parte das famílias que habitam juntas. E não me parece correcto porque tal método pode originar confusões entre as pessoas que pode pensar estar uma a serem favorecidas em relação a outras. Também me parece que haverá benefícios/malefícios não detectáveis pelo facto de viverem na mesma habitação. Ou seja que as evolução favorável ou desfavorável de uma família tem consequências, causas e estratégias que podem ter a ver com os vizinhos mais próximos.

Para Quelele julgo que o mais adequado é estratificar por zonas. Assim teríamos:

Quadro 14. Amostragem para futuros inquéritos

ZONA	HABITAÇÕES	AMOSTRA
UM	81	8
DOIS	79	8
TRÊS	101	11
QUATRO	68	7
CINCO	187	19
SEIS	127	13
SETE	84	8
OITO	126	13

NOVE	104	10
DEZ	196	20
ONZE	179	18
TOTAL	1336	134

Estes números devem manter-se mas as habitações devem mudar. Ou seja uma habitação visitada num inquérito não é visitada no seguinte.

A escolha das habitações faz-se à sorte (aleatoriamente) a partir dos boletins do primeiro inquérito. Para o segundo inquérito escolhe-se sem readmitir os que já foram escolhidos. Para que o manuseamento dos boletins iniciais não os danifique como é natural que aconteça, deve-se ter fichas em cartão para cada uma das habitações onde se anota que a casa foi inquirida.

Bibliografia

- **BANCO MUNDIAL, (2000)**, Attacking poverty, Relatório de Desenvolvimento Mundial.
- **CARDOSO, C. e IMBALI, F. (1993)** "As questões institucionais e o programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau", in Os efeitos sócio-económicos do programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Julho, Bissau, Republica da Guiné-Bissau.
- **DAC, (2000)**, DAC Guidelines on Poverty Reduction, mimeo, OCDE.
- **HANDEN, D. L., (1985)** , Nature et fonctionnement du pouvoir chez les balanta brassa, Kacu Martel, Nº 6, INEP, Bissau, Republica da Guiné Bissau.
- **RIBEIRO, R., (1987)**, A sociedade crioula na Guiné-Portuguesa, 1900-1960, tese de licenciatura, mimeo, Lisboa, Portugal.
- **DAC, (2000)**, Indicators for the international development goals, a suggestion for some qualitative indicators, mimeo, OCDE.
- **HAMMOND, B., (1998)**, Mesuring Development Progress, A working set of core indicators, mimeo, DAC/OCDE, oecd.org/dac/indicators.
- **PROENÇA, (2000)**, Os efeitos das políticas de estabilização e ajustamento no bem estar das famílias em Bissau, 1986,1991,1993/4, Tese de doutoramento em fase final, ISEG/ISCTE, Lisboa.
- **UNDP, (1998)**, Classification Guidelines, mimeo, New York.

Anexos

QUELELE – PROJECTO RECONSTRUÇÃO PÓS – GUERRA

Ficha individual de Beneficiário

Zona.....; Ordem de Prioridade.....

1.Nome.....

2.Número de famílias na casa.....

3.Número total de pessoas na casa.....

4.Número de Quartos.....

5.Identificação dos estragos:

TIPO	TUDO	MUITO	MÉDIO	POUCO
Cobertura				
Paredes				
Latrinas				

6.Já começou a recuperação da casa ?.....

7.Pensa começar antes das chuvas ?.....

8.Estimativas das necessidades

MATERIAL	QUANTIDADE	PREÇO TOTAL
Chapas de Zinco de 2,5 m		
Rachas de cibe		
Pregos		

O agente

O reverificador.....

Data: / / 99

Data: / / 99

OBSERVAÇÕES:

**PROJECTO DE AVALIAÇÃO DO IMPACTE DO CONFLITO DE 1998/99 NO
BAIRRO DE QUELELE**

Nome do Inquiridor: _____

Zona n.º

Data do inquérito ____ - ____ - 1999

BOLETIM DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS

1. Identificação do inquirido

Nome _____

Ocupações/profissões **anteriores** ao conflito _____

3. Quais as suas ocupações / profissões actualmente ? _____

2. De todas as actividades económicas dos membros da sua família qual é mais importante ?

4. Perdeu instrumentos de trabalho no conflito ? Sim Não

5. Faça uma lista dos instrumentos de trabalho que perdeu no conflito.

**PROJECTO DE AVALIAÇÃO DO IMPACTE DO CONFLITO DE 1998/99 NO
BAIRRO DE QUELELE**

Nome do Inquiridor: _____

Zona n.º

Data do inquérito ___ - ___ - 1999

BOLETIM DE ALTERAÇÃO DE VIDA

1. Identificação do chefe de família inquirido

Nome _____ Raça/etnia _____ 1

2. Quando saiu de Bissau por causa do conflito para onde foi ? _____ 2

4. Nesse período e nessa terra, qual foi a sua ocupação ? _____ 3

5. Antes do conflito que relações tinha com essa terra ?

- Trocava produtos agrícolas ou animais por produtos da cidade 4
- Comprava produtos alimentares nessa terra 5
- Fez lá uma casa ou melhorou a que a sua família lá tinha 6
- Ia lá participar nas cerimónias ou choro 7
- Ajudava a família que lá continuava a viver, no trabalho agrícola 8
- Ia lá todos os anos 9
- Ia lá quando era preciso resolver problemas 10
- Outras. Quais ? _____

5. Quando voltou para Bissau:

- a família também veio 11
- a família veio mais tarde 12
- a família ainda não veio 13

6. Depois do conflito que relações passou a manter com essa terra ?

- Vai trocar produtos agrícolas ou animais por produtos da cidade 14
- Vai fazer uma casa ou melhorar a que a sua família lá tem 15
- Vai participar nas cerimónias ou choro 16
- Vai ajudar no trabalho agrícola a família que lá continua a viver 17
- Vai ajudar mais a resolver problemas 18
- Outras. Quais ? _____

Projecto de Levantamento dos Patrimónios do Bairro de Quelelé

Boletim de Instituições da Sociedade Civil

Nome do Inqueridor: _____ Zona n.º _____

Data: ___/___/1999

Patrimônio _____

Antes do Conflito: Funções: _____

Equipamentos/Maquinas: _____

Edifícios/Instalações: Quantos Quartos

Quantos Edifícios

Tipo de Iluminação _____

Material das Paredes _____

Material de Cobertura _____

Material de Soalhos _____

Durante: S / N

Funcionou Sim Não

Foi abandonado Sim Não

Foi roubado Sim Não

Apanhou Bomba Sim Não

Outras: _____

Agora: Funções _____

Quê que se faz _____

Equipamento _____

Edifícios / Instalações

Tipo	Tudo	Medio	Pouco
Paredes			
Cobertura			
Soalhos			
Latrinas			

FOLHA DE CODIFICAÇÃO

CENSO do observatório do bem estar nos bairros de Belém, Militar e Quelele.

ATENÇÃO:

Cada nome de variável só pode ter oito letras no máximo.

Não podem ter acentos, cedilhas, nem espaços entre letras.

Não sabe/Não responde (NS/NR): Código **99**

NHABITA

CASA HABITADA: COLOCAR 1

Casas não habitadas - colocar **id** e outra informação que haja.

No resto das variáveis colocar **999**.

Id

Número de identificação, é o número escrito a vermelho nos boletins. Repete-se para todas as pessoas que estão no mesmo boletim.

Zona

Pôr número da zona

Tempo

Tempo que reside no bairro. Fazer as contas e pôr o número de anos.

Temcasa

Casa alugada **1** Casa própria **2**

Se a casa tiver mais de uma família: se a resposta for Casa Própria colocamos isso para a primeira família e Casa Alugada para as restantes. Se a resposta for Casa Alugada colocamos Casa Alugada para todas as famílias.

Quartos

Escrever o número de quartos da casa. Se houver mais de uma família registar quantos quartos ocupa cada família.

Para Quelele: se o inquiridor só tiver registado o número total de quartos de uma casa onde há várias famílias, dividir proporcionalmente o número de quartos na casa e nos anexos, de acordo com o número de membros de cada família. Quando houver anexo não misturar quartos na casa e no anexo com a mesma família.

Exemplo: duas famílias numa casa de 8 quartos, uma com 7 membros e outra com 3. A família de 7 membros tem 6 quartos e a família de 3 membros tem 2 quartos.

Fez-se assim: número total de membros $7 + 3 = 10$
se 10 membros correspondem a 8 quartos
então 7 membros correspondem a 5,6 quartos
(igual a 6 quartos por arredondamento)
então 3 membros correspondem a 2,4 quartos
(igual a 2 quartos por arredondamento)

Se uma família mora num anexo com 2 quartos quando se preenche a matriz dos dados coloca-se **0** (zero) na coluna dos quartos de casa e **2** na coluna de quartos de anexo. O mesmo se a família mora nos quartos da casa e não no anexo.

Não esquecer que uma família composta de um casal e um ou dois crianças pequenas vive em geral num só quarto.

Para AiFA e TINIGUENA foram separados os quartos por família.

Anexos

Escrever o número de quartos do anexo. Se não existir escrever **0**.

(Na TINIGUENA e AIFA juntou-se numa única variável: Quartos)

Arrozmes

Quantidade de arroz por mês por família. Atenção que pode ser indicado em quantidades/dia; nesse caso multiplicar por trinta.

Paredes

Materiais das paredes. Atribuir os códigos que estão escritos no boletim. Se houver alguma combinação não prevista no boletim então atribuímos o código **9**. Para AiFA e TINIGUENA disse-se para acrescentarem códigos a novas combinações. Verificar se em ambos os códigos são iguais.

Coberta

Materiais do tecto.

Soalhos

Se encontrarmos combinações como Cimento/Terra Batida será código **4**, Cimento/Mosaico será código **5**; Outras serão **6**. Para AiFA e TINIGUENA disse-se para acrescentarem códigos a novas combinações. Verificar se em ambos os códigos são iguais.

Aguap (p próprio)

Pode ter os códigos **1** ou **2**. Se houver mais de uma forma de acesso a água, criar novo código. Atenção para que seja igual na AiFA e na TINIGUENA.

Aguan (np não próprio)

Pode ter os códigos **1**, **2** ou **3**. Se houver mais de uma forma de acesso a água, criar novo código. Atenção para que seja igual na AiFA e na TINIGUENA.

Esgotop (p próprio)

Se houver mais de um tipo de esgoto, criar novo código. Atenção para que seja igual na AIFA e na TINIGUENA.

Esgoton (np não próprio)

Se a resposta for “*Rua*” atribuir o código **4**.

Alterou-se o boletim mudando “*Fossa*” para “*Casa de Banho*” e considerando que cerco é só para tomar banho. Passou a existir Latrina simples (código **3**) e Latrina Melhorada (código **4**).

Se houver mais de um tipo de esgoto, criar novo código. Atenção para que seja igual na AiFA e na TINIGUENA.

ENERCOZ

Energia de cozinhar. Se houver mais de um tipo criar novo código. Atenção para que seja igual na AIFA e na TINIGUENA.

LUZ

MODO DE ILUMINAÇÃO. SE A RESPOSTA FOR GASÓLEO+VELA COLOCAR CÓDIGO 14.

MEMBROS

Número de membros da família.

IDADE

Colocar o número de anos. Se tiver menos de um ano colocar **0**.

Parentes

Chefe 1	Esposa 2	Filho 3	Filha 4
Primo 5	Prima 6	Amigo 7	Amiga 8
Sobrinho 9	Sobrinha 10	Pai 11	Mãe 12
Tio 13	Tia 14	Cunhado 15	Cunhada 16
Irmão 17	Irmã 18	Neto 19	Neta 20
Avô 21 (homem)	Avó 22 (mulher)	Enteado 23	Enteada 24
Sogro 25	Sogra 26	Marido 27	Madrasta 28
Filho de amigo 29			

Os inquiridores escrevem muitas vezes o parentesco com a mesma grafia para o feminino e masculino. Ex.: Filho ou sobrinho. Verificar pela variável Sexo.

Sexo

Masculino **1**
Feminino **2**

Habilita

Formação académica. Habilitações literárias.

Não frequentou nenhum grau **1**
Frequentou o grau primário **2**
Frequentou o grau secundário (liceu) **3**
Frequentou o grau superior **4**
Frequentou a escola madrass **5**
Criança sem idade para frequentar escola **10**

Há vários inquéritos que referem aqui a ocupação/profissão e não as habilitações. Nesses casos colocar o código **1**, a não ser que exista alguma informação que diga o contrário. Exemplo: um professor não pode ser analfabeto; logo nesse caso deve colocar-se o código da não resposta, **99**.

Aqueles que se dizem engenheiro de construção, médico, economista, têm de ter como habilitações Licenciado ou Universidade. Se não tiverem serão “técnico de construção”, “enfermeiro”, contabilista (?).

Os que estudaram no estrangeiro se forem licenciados é o código 4. Se tiverem outro grau colocar o código do grau correspondente na Guiné.

Etnia

Raça = Etnia

Balanta	1	Misto	6
Papel	2	Mancanha	7
Fula	3	Beafada	8
Manjaco	4	Outros	9
Mandinga	5	Estrangeiro	10

As crianças têm a etnia que o chefe de família disser, pois se a mãe e pai forem de etnias diferentes, pode ser-lhes atribuída a do pai, ou mista.

Religião

Animista **1** Cristã **2** Muçulmanos **3**

Os protestantes são cristãos, bem como igrejas como Testemunhas de Jeová, Adventistas, etc.. Os muçulmanos também podem aparecer como Alcorão. É muito raro dizer que não se tem religião. Normalmente são animistas que consideram que ser animista não é religião. Mas se aparecer devidamente confirmado pelo inquiridor colocar o código **4**.

As crianças têm a religião que a família disser. Se não disser nada colocar o código **10** (criança).

Ocupa

Profissão/Ocupação

Índice por ordem numérica

Pedreiro	1
Comerciante	2
Badeira	3
Carpinteiro	4
Ferreiro	5
Artesão	6
Mecânico	7
Padeiro	8
Electricista	9
Crianças	10
Bate chapa	11
Desenhador	12
Serralheiro	13
Mobiliário bambu	14
Costureira	15
Alfaiate	16
Canalizador	17
Doméstica	18
Funcionário público	19
Jornalista	20
Técnico superior	21
Estudante	22
Guarda	23
Motorista/Condutor	24
Agricultor	25
Sem ocupação	26
Marinheiro	27
Emigrante	28
Professor	29
Técnico de comunicações	30
Enfermeira	31
Operador de máquina	32
Fotógrafo	33
Artista	34
Mouro	35
Pintor	36
Polícia/Militar	37
Contabilista	38
Sapateiro	39
Secretária	40
Enfermeiro	41
Construção civil	42
Médico	43
Curandeiro	44
Educador infantil	45
Pescador	46
Informático	47
Armazenista	48
Servente	49
Furador	50
Técnico de frio	51
Tecedor	52

Índice por ordem alfabética

Agricultor	25
Alfaiate	16
Animador rural	69
Armazenista	48
Artesão	6
Artista	34
Bancário	65
Bate chapa	11
Badeira	3
Cabeleireiro	53
Caixa	71
Canalizador	17
Carpinteiro	4
Comerciante	2
Construção civil	42
Contabilista	38
Costureira	15
Cozinheiro	72
Crianças	10
Curandeiro	44
Desenhador	12
Doméstica	18
Educador infantil	45
Electricista	9
Emigrante	28
Empregada doméstica (governanta)	60
Enfermeira	31
Enfermeiro	41
Estivador	70
Estudante	22
Estufador	56
Ferreiro	5
Fotógrafo	33
Funcionário privado	67
Funcionário público	19
Furador	50
Garçon	59
Guarda	23
Industrial/Empresário	61
Informático	47
Jogador	62
Jornalista	20
Lavadeira	57
Marinheiro	27
Mecânico	7
Médico	43
Mobiliário bambu	14
Motorista/Condutor	24
Mouro	35
Operador de máquina	32
Padeiro	8
Pasteleiro	58

Cabeleireiro	53
Técnico agrícola	54
Soldador	55
Estufador	56
Lavadeira	57
Pasteleiro	58
Garçon	59
Empregada doméstica (governanta)	60
Industrial/Empresário	61
Jogador	62
Vendedor	63
Técnico de construção	64
Bancário	65
Técnico de pesca	66
Funcionário privado	67
Técnico desportivo	68
Animador rural	69
Estivador	70
Caixa	71
Cozinheiro	72

Pedreiro	1
Pescador	46
Pintor	36
Polícia/Militar	37
Professor	29
Sapateiro	39
Secretária	40
Sem ocupação	26
Serralheiro	13
Servente	49
Soldador	55
Tecedor	52
Técnico agrícola	54
Técnico de comunicações	30
Técnico de construção	64
Técnico de frio	51
Técnico de pesca	66
Técnico desportivo	68
Técnico superior	21
Vendedor	63

Quando se indica nos boletins mais de uma ocupação/profissão para a mesma pessoa colocar apenas a primeira.

Os ajudantes são da ocupação de quem ajudam. Exemplo Ajudante de motorista é motorista, ajudante de mecânico é mecânico.

Ser Técnico não é ocupação/profissão. Tem de ser Técnico de qualquer coisa: de frio, de electricidade, de construção, etc.

Atenção às profissões que só são exercidas por pessoas de um sexo.

Exemplos:

As Domésticas (**18**) são sempre mulheres.

As Badeiras (**3**) são sempre mulheres.

Um pequeno comerciante é um Vendedor (**63**) homem.

Um comerciante maior de banca aberta é um Comerciante (**2**) homem.

Um Marinheiro (**27**) é sempre homem.

As mulheres são Costureiras (**15**) os homens são Alfaiates (**16**)

Os Mouros são homens, Etc.

Cuidado com as profissões que podem ser exercidas por homens ou por mulheres e que têm nomes muito parecidos e códigos diferentes: Enfermeiro (**41**) e Enfermeira (**31**).

Comparar sempre com o sexo da pessoa.

Local

Local onde exerce a ocupação.

Fora do bairro **1** No bairro **2**

Sem ocupação **3** Dentro e fora do Bairro **4**

Criança **10**

Data

Data na qual foi realizado o inquérito.

Antes do conflito **6**

Depois do conflito **8**

Para a AIFA e TINIGUENA pôr o mês de recolha da informação.

CODIFICAÇÃO DAS CRIANÇAS

(tem de merecer especial atenção pois é normalmente origem de muitos erros).

Idade

0, 1, 2, 3, 4 anos.

Parentesco

Não pode ser nem Esposa nem Chefe de Família.

Habilitações

É sempre código 10 (criança).

Ocupação

Também tem sempre o código 10 (criança).

Local

Sempre o código 10 (criança).

Idade

5 anos.

Parentesco

Não pode ser nem Esposa nem Chefe de Família.

Habilitações

É normalmente código **10** (criança). Mas se a família for muçulmana pode ser código **5** (ensino em escola *madrass* ou *corânica*).

Ocupação

Se *Habilitações* tiver o código **10**, *Ocupação* também terá o código **10**.

Se *Habilitações* tiver o código **5** *Ocupação* terá o código **22** (estudante).

Local

Se *Ocupação* tiver o código **10** *Local* também terá o código **10**.

Se *Ocupação* tiver o código **5** *Local* poderá ter o código **1** (no bairro) ou **2** (fora do bairro).

Idade

6 ou 7 anos.

Parentesco

Não pode ser nem Esposa nem Chefe de Família.

Habilitações

Terá normalmente o código **2** de frequência de ensino primário ou código **5** (ensino em escola *madrass* ou *corânica*). Mas se não frequentar ainda a escola colocar o código **10** (criança).

Ocupação

Se *Habilitações* tiver o código **10** *Ocupação* também terá o código **10**.

Se *Habilitações* tiver o código **2** ou **5** *Ocupação* terá o código **22** (estudante).

Local

Se *Ocupação* tiver o código **10** *Local* também terá o código **10**.

Se *Ocupação* tiver o código **2** ou **5** *Local* poderá ter o código **1** (no bairro) ou **2** (fora do bairro).

Idade

8, 9, 10 ou mais anos.

Parentesco

Até aos 14 anos não pode ser nem Esposa nem Chefe de Família.

Habilitações

Terá normalmente um código de frequência de um grau de ensino.

Mas se não frequentar colocar o código **1** (Não frequenta).

Ocupação

Terá normalmente um código de ocupação/profissão. Ou então **26** Sem Ocupação.

Local

Se Ocupação tiver o código **2** ou **5** Local poderá ter o código **1** (no bairro) ou **2** (fora do bairro). Se Ocupação tiver o código **26** Sem Ocupação então Local terá o código **3** que significa para esta variável Sem Ocupação

BOLETIM DE ALTERAÇÃO DE VIDA

FOLHA DE CODIFICAÇÃO

ATENÇÃO: CADA NOME DE VARIÁVEL SÓ PODE TER OITO LETRAS NO MÁXIMO. NÃO PODEM TER ACENTOS NEM CEDILHAS NEM ESPAÇOS ENTRE LETRAS.

AUSENCIA DE INFORMAÇÃO : CÓDIGO 99

Id - numero de identificação, é o numero escrito a vermelho nos boletins.

Zona - pôr numero da zona

Data - Data na qual foi realizado o inquérito. Colocar só o numero do mês .

Pergunta 1.

Etnia - Raça = Etnia

Balanta 1	Beafada 8
Papel 2	Outros 9
Fula 3	Estrangeiro 10
Manjaco 4	
Mandinga 5	
Misto 6	
Mancanha 7	

Pergunta 2.

Saiu - por o nome da tabanca onde passou mais tempo. Se inicialmente foi para Safim mas depois foi para Quinhamel, colocar Quinhamel e não Safim, que foi apenas uma terra de passagem.

Pergunta 3.

Ocupa -

Pedreiro 1	Comerciante 2
Bideira 3	Carpinteiro 4
Ferreiro 5	Artesão 6
Mecanico 7	Padeiro 8
Electricista 9	Crianças 10
Bate chapa 11	Desenhador 12
Serralheiro 13	Mobiliário bambu 14
Costureira 15	Alfaiate 16
Canalizador 17	Doméstica 18
Funcionário Público 19	Jornalista 20
Técnico superior 21	Estudante 22
Guarda 23	Motorista/Condutor 24
Agricultor 25	Sem ocupação 26

Marinheiro 27	Emigrante 28
Professor 29	Técnico de comunicações 30
Enfermeira 31	Operador de máquina 32
Fotógrafo 33	Artista 34
Mouro 35	Pintor 36
Polícia/Militar 37	Contabilista 38
Sapateiro 39	Secretária 40
Enfermeiro 41	Construção civil 42
Médico 43	Curandeiro 44
Educador infantil 45	Pescador 46
Informático 47	Armazenista 48
Servente 49	Furador 50
Técnico de frio 51	Tecedor 52
Cabeleireiro 53	Técnico agrícola 54
Soldador 55	Estufador 56
Lavadeira 57	Pasteleiro 58
Garçon 59	
Empregada doméstica (governanta) 60	
Industrial/Empresário 61	
Jogador 62	

Pergunta 4.

Esta pergunta pode ser de respostas múltiplas. Ou seja uma mesma pessoa pode responder que antes do conflito tinha várias relações com a terra para onde fugiu. Isso daria que no mesmo boletim pode haver cruzes em vários quadrados. Assim cada resposta é uma variável.

•Linha que tem o 4

Atroca - se respondeu colocar 1 se não respondeu não colocar nada

•Linha que tem o 5

Acompra - se respondeu colocar 1 se não respondeu não colocar nada

•Linha que tem o 6

Acasa - se respondeu colocar 1 se não respondeu não colocar nada

•Linha que tem o 7

Achoro - se respondeu colocar 1 se não respondeu não colocar nada

•Linha que tem o 8

Aagricul - se respondeu colocar 1 se não respondeu não colocar nada

•Linha que tem o 9

Aanos - se respondeu colocar 1 se não respondeu não colocar nada

•Linha que tem o 10

Aproblem - se respondeu colocar 1 se não respondeu não colocar nada

•Linha Outras

Tomar nota das respostas e codificar no fim, criando uma variável para cada resposta com um numero maior de pessoas a responder e uma ultima de Outras para todas as restantes.

Pergunta 5.

Voltou – a familia também veio, colocar 1
a familia veio mais tarde, colocar 2
a familia ainda não veio, colocar 3

Pergunta 6.

Este pergunta pode ser de respostas multiplas. Ou seja uma mesma pessoa pode responder que depois do conflito passou a manter com a terra para onde fugiu relações diferentes que antes do conflito. Isso daria que no mesmo boletim pode haver cruces em vários quadrados. Assim cada resposta é uma variável.

•Linha que tem o 14

Dtroca - se respondeu colocar 1 se não respondeu não colocar nada

•Linha que tem o 15

Dcasa - se respondeu colocar 1 se não respondeu não colocar nada

•Linha que tem o 16

Dchoro - se respondeu colocar 1 se não respondeu não colocar nada

•Linha que tem o 17

Dagricul - se respondeu colocar 1 se não respondeu não colocar nada

•Linha que tem o 18

Dproblem - se respondeu colocar 1 se não respondeu não colocar nada

•Linha Outras

Tomar nota das respostas e codificar no fim, criando uma variável para cada resposta com um numero maior de pessoas a responder e uma ultima de Outras para todas as restantes.

O CEsa

O CEsa é um dos Centros de Estudo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, tendo sido criado em 1982.

Reunindo cerca de vinte investigadores, todos docentes do ISEG, é certamente um dos maiores, senão o maior, Centro de Estudos especializado nas problemáticas do desenvolvimento económico e social existente em Portugal. Nos seus membros, na maioria doutorados, incluem-se economistas (a especialidade mais representada), sociólogos e licenciados em direito.

As áreas principais de investigação são a economia do desenvolvimento, a economia internacional, a sociologia do desenvolvimento, a história africana e as questões sociais do desenvolvimento; sob o ponto de vista geográfico, são objecto de estudo a África Subsariana, a América Latina, a Ásia Oriental, do Sul e do Sudeste e o processo de transição sistémica dos países da Europa de Leste.

Vários membros do CEsa são docentes do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional leccionado no ISEG/"Económicas". Muitos deles têm também experiência de trabalho, docente e não-docente, em África e na América Latina.

O autor

CARLOS SANGREMAN

Economista do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), doutor em Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresas (ISCTE), Professor Auxiliar na Universidade de Aveiro (UA), consultor do PNUD e Banco Mundial na Guiné e Cabo Verde, investigador responsável neste projecto, coordenador geral do projecto Memória de África e do Oriente, coordenador científico do projecto de investigação Arquitectos de um Espaço Transnacional Lusófono, a diáspora Guineense em Portugal, da Fundação Portugal África, assessor técnico da reitoria da UA para a Cooperação, resource person da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação para o Fórum da Cooperação da sociedade civil e membro da direcção do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CESA).

Apoio

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento
Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/"Económicas")
da Universidade Técnica de Lisboa

R. Miguel Lupi, 20 1249-078 LISBOA PORTUGAL
Tel: + / 351 / 21 392 59 83 Fax: [...] 21 397 62 71 e-mail: cesa@iseg.utl.pt
URL: <http://www.iseg.utl.pt/cesa>